



No âmbito da consulta pública do Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2025-2030 (PRRCAD), serve a presente comunicação para remeter o nosso contributo e demonstrar a nossa visão para que se garanta que este instrumento de política pública reflita as reais necessidades das pessoas e da sociedade em geral.

É neste momento que cidadãos, instituições e especialistas podem contribuir com propostas concretas, identificar falhas e reforçar soluções inovadoras.

Mediante esta abertura, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, considera fundamental a sua participação, sugerindo alterações alinhadas com os valores da Iniciativa Liberal, nomeadamente, a liberdade individual, a responsabilidade pessoal, políticas baseadas em evidência científica, proximidade à população e uso eficiente dos recursos públicos.

Consideramos urgente rever as estratégias seguidas até hoje para enfrentar a problemática dos comportamentos aditivos e dependências nos Açores.

Ao longo dos anos, apesar de sucessivos planos, mais ou menos idênticos, persistem elevados níveis de consumo, novos problemas devido ao consumo de novas substâncias e carências na reinserção social, demonstrando a necessidade de **romper com políticas do passado** e adotar um modelo mais próximo das pessoas, menos paternalista e mais eficaz.

O plano, que possui poucas alterações em relação ao anteriores, mantém fragilidades estruturais, pois no entender da Iniciativa Liberal contempla:

1. Uma centralização excessiva e pouca participação das instituições e comunidade local na resolução da problemática. Apesar deste plano 2025-2030 valorizar o reforço de redes interinstitucionais e a criação de novas dinâmicas de cooperação, consideramos que deverá haver descentralização na resolução dos problemas.
2. Dados desatualizados e resposta lenta a novas substâncias ou padrões de consumo. As novas substâncias psicoativas trouxeram-nos uma realidade até então desconhecida e de difícil abordagem. Não podemos continuar a resolver os problemas de hoje, da mesma forma que atuávamos no passado.
3. O plano foca-se sobretudo em drogas, álcool e tabaco, em detrimento das novas dependências digitais. É como ter uma visão limitada do que significa "dependência". No mundo de hoje, as pessoas podem ficar viciadas em mais do que apenas substâncias. Estamos a falar de coisas como jogos de azar online, passar horas nas redes sociais ou perder-se em videojogos. Se não abordarmos estas questões, corremos o risco de perder uma parte significativa do quadro das dependências.



4. Verifica-se uma integração insuficiente com os serviços de saúde mental e com os programas de reinserção laboral e habitacional. É imperativo reforçar significativamente os cuidados de saúde mental na nossa região e assegurar o apoio adequado a estas pessoas, promovendo a sua plena inclusão social e profissional.
5. Apresenta uma abordagem que pode potenciar o estigma, centrada no “combate” em vez de promover bem-estar, resiliência e superação dos problemas.

Ao desenvolvermos uma estratégia transformadora e eficaz para ultrapassar os modelos tradicionais de intervenção, torna-se imperativo promover uma verdadeira mudança de paradigma. Esta nova abordagem deve assentar na centralidade do bem-estar e da resiliência das pessoas, na utilização de evidência científica e dados atualizados, bem como na criação de uma rede regional de suporte articulada e abrangente. É igualmente essencial considerar a globalidade das situações de dependência, privilegiando políticas de redução de danos, promovendo a reinserção social efetiva e garantindo uma avaliação contínua e transparente da estratégia, com divulgação pública dos respetivos resultados.

Os insucessos verificados no passado não podem servir de garantia nem de conforto. Neste contexto, apresentamos um conjunto de propostas que incorporam soluções comprovadas internacionalmente e socialmente inovadoras, designadamente:

1. Prevenção

Mudar foco para bem-estar e resiliência. Considerando que a grande maioria das campanhas de prevenção são generalistas e de pouco impacto, consideramos importante a aposta na educação para a saúde mental e no reforço das competências pessoais e sociais desde idades precoces. A educação é um elevador social fundamental. Podemos apostar em campanhas que normalizam “pedir ajuda” e em programas educacionais que trabalhem as competências desde o pré-escolar, como a gestão emocional, auto controlo e resolução de problemas.

Complementarmente, é essencial promover estilos de vida saudáveis através do incentivo à participação dos jovens em atividades desportivas, projetos de formação musical e dinâmicas sociais e comunitárias que estimulem o sentido de pertença, previnam comportamentos de risco e contribuam para afastar os jovens das dependências.

2. Dados Concretos e Atuais

Uma definição de políticas e medidas baseada em dados atuais deve ser o desígnio. Um observatório digital que Integre dados reais, com dados de saúde, polícia e escolas, e mecanismos de resposta rápida, garantem transparência e monitorização continua. A identificação precoce de novas sustâncias, com ligação a laboratórios e hospitais, é fundamental para ter sucesso. Apostemos nisso!



3. Rede Regional de Suporte

Desenvolver e promover uma Rede Regional de Suporte que operacionalize a estratégia.

4. Adições Digitais

Definir estratégias e medidas concretas para as novas adições digitais. Campanhas específicas nas plataformas digitais e programas de “desintoxicação digital” nas escolas e linhas de apoio poderão ser algumas das medidas implementadas.

5. Redução de Danos

Atualmente a redução de danos está limitada a troca de seringas e informação. Consideramos ainda necessário Implementar medidas que reforcem a redução de danos, nomeadamente salas de consumo vigiado, programas de testagem de substâncias e integração com a saúde mental.

6. Reinserção

É necessário ir além do apoio limitado prestado no período pós-tratamento, reforçando medidas que promovam reinserção ativa na comunidade. A criação e consolidação de uma rede regional de suporte assume aqui um papel fundamental, proporcionando respostas integradas, nomeadamente no acesso à habitação e ao emprego. Poderão ser efetuadas parcerias com empresas locais, projetos de habitação transitória pós tratamento e formação profissional adaptada às novas economias, como a digital, a verde ou a azul.

7. Avaliação

É fundamental reforçar a transparência do processo avaliativo, assegurando a divulgação regular de relatórios intercalares e promovendo modelos de avaliação participativa que envolvam diferentes instituições e público em geral. O atual cenário, marcado por relatórios essencialmente internos e de reduzida visibilidade pública, exige uma mudança de paradigma que garanta maior escrutínio, confiança e melhoria contínua das políticas implementadas. Relatórios anuais públicos, definir indicadores e garantir uma equipa de monitorização independente, são algumas das medidas propostas.

Rede Regional de Suporte

Conforme exposição, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta uma proposta estratégica para a criação de uma Rede Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências. Esta Rede Regional garante coordenação regional e intermunicipal, com o objetivo de operacionalizar o PRRCAD de forma descentralizada e eficaz.



Criar uma rede multinível, que articule entidades regionais, municipais e locais para prevenção e resposta integrada aos comportamentos aditivos e dependências será fundamental para:

- Reforçar a deteção precoce e resposta imediata a situações de risco
- Promover a coordenação interinstitucional entre saúde, educação, forças de segurança e setor social
- Assegurar intervenções adaptadas ao ciclo de vida (crianças, jovens, adultos e idosos)
- Evitar a duplicação de esforços e apoios
- Otimizar os recursos existentes
- Assegurar a monitorização e avaliação contínuas, alinhadas com as metas do PRRCAD, incorporando ferramentas digitais que permitam acompanhar e comunicar, de forma eficaz, a execução e os resultados.

Uma plataforma regional (ferramenta digital) que dê suporte a esta rede regional, poderá incorporar, por exemplo, mapeamento de recursos e casos, comunicação segura entre entidades e monitorização de indicadores, como consumos, atendimentos e reinserções.

Este contributo da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe um modelo integrado, alinhado com evidência científica e experiências internacionais bem-sucedidas. Coloca o cidadão no centro, aposta na liberdade com responsabilidade, privilegia proximidade e tecnologia e rompe com o centralismo ineficaz do passado.